



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 -
gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 291.085-8
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri
APELANTE: Alexandro Mendes de Santana
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOC.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

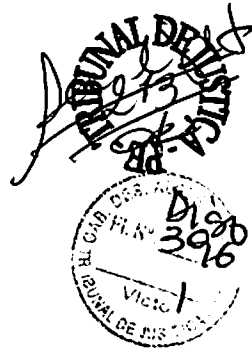
EMENTA: Penal e Processual Penal. Apelação Criminal. Julgamento pelo Júri. Condenação. Apelo interposto pela defesa pugnando pela reforma da sentença, para que o réu seja submetido a novo júri popular, com fundamento no art. 593, inc. III, alínea “d”, do CPP. É válida a condenação imposta com base em dados do inquérito policial, se os depoimentos deste estão em sintonia com o apurado em juízo. Figurando nos autos duas versões do fato, antagônicas entre si, ao júri é dado decidir em harmonia com qualquer uma delas, não procedendo, então, em qualquer das hipóteses, o argumento de que a decisão haja contrariado a evidência dos autos. Não provimento do recurso. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos da **Apelação Criminal nº 291.085-8**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **em negar provimento ao recurso**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife, 21 de maio de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 -

gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 291.085-8
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri
APELANTE: Alexandro Mendes de Santana
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOC.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

RELATÓRIO

Apela **Alexandro Mendes de Santana**, vulgo “Dinho”, qualificado às fls. 02 dos autos, da decisão do 2º Tribunal do Júri da Comarca da Capital que o condenou à pena definitiva de 35 (trinta e cinco) anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, inciso I, ao art. 121, § 2º, inciso I, c/c art. 14, inciso II, e ao art. 121, *caput*, c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal Brasileiro

Depreende-se da peça acusatória que no início da madrugada de 13 de outubro de 2008, em horário ainda incerto, na Rua Leila Félix Karan, comunidade do Vietnã, Bairro dos Torrões, Município do Recife, o Apelante, juntamente com os co-denunciados **Roberval Alves de Araújo**, **Josimar José Gonçalves da Costa** e **Edvaldo José Gonçalves da Costa**, agindo em comunhão de desígnios e mediante disparos de armas de fogo, mataram **Fábio da Silva Félix**, atentando ainda contra as vidas de **Maxcleiton Teles do Nascimento**, **Líbine Henrique da Conceição** e de uma pessoa chamada “**Marôco**”, não conseguindo os seus intentos, por circunstâncias alheias as suas vontades.

Homicídio simples

Art. 121 - Matar alguém:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

(...)

Homicídio qualificado

§ 2º - Se o homicídio é cometido:

I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

(...)

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

Art. 14 - Diz-se o crime:

(...)

Tentativa

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Pena de tentativa

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.



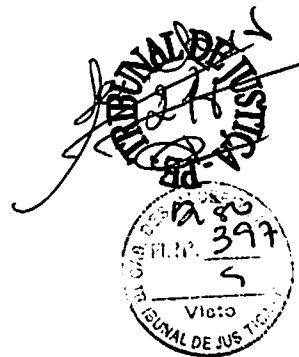
PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira

Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 -

gabdes.alderita@tjpe.jus.br



Nas Razões de Apelação, às fls. 373/375, por intermédio da Defensoria Pública do Estado de Pernambuco, o Requerente alega que sua condenação foi fundamentada, exclusivamente, em prova produzida na fase inquisitorial, o que é vedado pelo artigo 155 do Código de Processo Penal. Sustenta, ainda, que a decisão condenatória é manifestamente contrária à prova dos autos, sustentando, à caracterização da excludente da legítima defesa putativa.

Contrarrazoando o recurso, às fls. 377/379, pugna o Ministério Público pelo não provimento do Apelo, argumentando que a sentença recorrida está de acordo com a prova carreada aos autos.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, ofereceu o parecer de fls. 390/393, opinando pelo desprovimento da presente Recurso de Apelação Criminal.

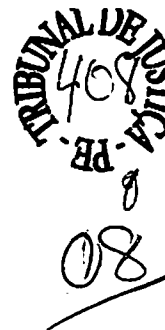
Segundo consta dos autos, ao ora Apelante encontra-se custodiado no Presídio Frei Damião de Bozzano – PE (fls. 370).

É o Relatório.

À Douta Revisão.

Recife, 07 de Junho de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 -
gabdes.alderita@tjpe.jus.br

APELAÇÃO CRIMINAL: Nº 291.085-8
ÓRGÃO JULGADOR: Terceira Câmara Criminal
COMARCA: Recife – 2ª Vara do Tribunal do Júri
APELANTE: Alexandro Mendes de Santana
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
PROCURADOR: Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira
RELATORA: Desª. Alderita Ramos de Oliveira
RELATOR CONVOC.: Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida

VOTO

Srs. Desembargadores, Sr(a). Procurador(a) de Justiça:

Inconformado com a decisão do 2º Tribunal do Júri da Comarca da Capital, que serviu de base à sua condenação à pena definitiva de 35(trinta e cinco) anos de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado, em virtude da prática das condutas previstas no artigo 121, § 2º, inciso I, artigo 121, § 2º, inciso I, c/c artigo 14, inciso II, e art. 121, **caput**, c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal Brasileiro, apela, tempestivamente, **Alexandro Mendes de Santana**, vulgo “Dinho”, qualificado às fls. 02 dos autos.

O Apelo em questão pugna pela anulação da decisão guerreada, para que seja o Apelante submetido a novo julgamento, alegando que o veredicto encontra-se manifestamente contrário à prova carreada para os autos. Aduz, para tanto, que somente as provas judiciais recolhidas sob o crivo do contraditório são capazes de autorizar uma condenação, nos termos do artigo 155 do Código de Processo Penal. Sustenta, ainda, que “(...) *existem duas versões provadas nos autos. Uma trazida pela “vítima testemunha” de que os fatos ocorreram como narra a denúncia. Outra trazida pelos apelantes que confessam, alegando a tese de legítima defesa putativa(...)*”.

No que se refere ao argumento de ofensa que ao artigo 155 do Código de Processo Penal, cuido não assistir razão a defesa do Apelante.

Na hipótese dos autos, a decisão repressiva está amparada não só nos elementos colhidos no caderno investigatório, mas também, na prova oral obtida durante o sumário criminal.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 -
gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Com efeito. Há duas versões apresentadas, como bem assinalou o próprio Defensor Público, por ocasião do oferecimento das Razões Recursais. Senão vejam-se:

O acusado, ora Apelante, em seu interrogatório, durante o sumário da culpa, admitiu haver praticado as condutas homicidas narradas na peça acusatória, contudo, asseverando que agiu para defender-se das agressões primeiramente perpetradas pelas vítimas (fls. 227/228).

Por outro lado, a exposição feita pelo Ministério Público dos fatos que incriminam o Apelante, nos termos da denúncia e das suas alegações finais (fls. 02/07 e 258/261), encontra-se absolutamente baseada pelos depoimentos da vítima sobrevivente, **Líbine Henrique da Conceição**, perante Autoridade Policial e em Juízo, afirmando que se encontrava na companhia de Binho, Moroco, Cleiton, e Momedé, quando apareceram os acusados, os quais ao avistaram Binho, começaram a atirar (fls. 44/46 e 219/221).

Por derradeiro, têm-se as declarações do co-acusado **Roberval Alves de Araújo Lima**, no sumário da culpa, dando conta de:

“(...)QUE é verdadeira a acusação que lhe é feita; QUE quem atirou nas vítimas foram o depoente e Alexandro; (...); QUE atirou nas pessoas indicadas na denúncia porque elas queriam matar o depoente e Alexandro; QUE atirou contra Fábio, Maxcleiton, Libene, Moroco e um tal de Carrá; QUE foi esse Carrá quem forneceu as armas para estas pessoas; QUE se encontrava em uma festa na companhia de Alexandro quando chegou Preto lhes avisando que o grupo formado por Binho, Maxcleiton, Libene, Moroco e Carrá estavam formando para lhes pegar; QUE terminou a festa e quando estavam indo para casa encontraram-se com este grupo; (...); QUE quando vinham da festa deram com o grupo de Binho em um beco estreito, então, eles começaram a atirar; QUE imediatamente revidaram e eles passaram a correr; QUE eles corriam, mas atiravam para trás; QUE o depoente e Dinho corriam atrás deles revidando os tiros; QUE depois o depoente e Dinho voltaram no sentido contrário; (...)” Grifos acrescidos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargadora Alderita Ramos de Oliveira
Praça da República s/n - Santo Antônio - CEP: 50010-040 - Fone: (0xx81) 3419.3230 -
gabdes.alderita@tjpe.jus.br

Nesse cenário probatório, em casos como o presente, onde duas são as versões ali figurantes, uma favorecendo ao Apelante, a outra, militando contra ele, é pacífica a jurisprudência no sentido de que é dado ao júri firmar o seu convencimento, com apoio em qualquer uma das duas teses, não cabendo, então, alegar-se, que a decisão haja afrontado a evidência dos autos, seja ela em um sentido ou no oposto.

Sobre o assunto, destaca a Súmula nº 83 do TJPE: *“Não pode ser considerada como manifestamente contrária à prova dos autos, a decisão do Conselho de Sentença que acolhe uma das teses apresentadas pelas partes, fundadas nos elementos probatórios”*.

Assim, em respeito ao princípio da soberania do Júri, constitucionalmente assegurado, deve ser mantido, no presente caso, o veredicto popular.

Desta forma, VOTO no sentido de negar provimento ao presente recurso, em total conformidade com o entendimento ministerial, em ambas as instâncias.

É como voto.

Recife, 21 de *março* de 2013.

Juiz Paulo Victor Vasconcelos de Almeida
Relator Convocado



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



APELÇÃO CRIMINAL:	0291085-8
COMARCA:	RECIFE
VARA:	2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
APELANTE:	ALEXANDRO MENDES DE SANTANA
DEFENSOR PÚBLICO:	JOSÉ ANTÔNIO FONSECA DE MELO
APELADO:	MINISTÉRIO PÚBLICO DE PERNAMBUCO
PROCURADOR:	DR. ADALBERTO MENDES PINTO VIEIRA
RELATORA:	DESA. ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA
RELATOR SUBST.	JUIZ- PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
REVISOR:	DES. CLÁUDIO JEAN NOGUEIRA VIRGÍNIO
ÓRGÃO JULGADOR:	3ª CÂMARA CRIMINAL

VOTO DE REVISÃO

Cuida-se de recurso de Apelação interposto pela defesa de **Alexandro Mendes de Santana**, em face da sentença, que com fundamento na decisão proferida pelo Tribunal do Júri da 2ª Vara da Capital, condenou-o à pena de **35** (trinta e cinco) **anos de reclusão** por infração ao art. 121, § 2º, inciso I; art. 121, § 2º, inciso I c/c o art. 14, inciso II e art. 121, *caput*, c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal.

Em suas razões, **às fls. 373/375**, pugna a defesa pela submissão do acusado a novo júri por ser a decisão do Conselho de Sentença contrária à evidência dos autos, alegando, em síntese, que a condenação do réu decorreu exclusivamente das informações obtidas na fase inquisitorial, em total afronta ao art. 155 do CPP. Aduz ainda, que o Apelante agiu em legítima defesa putativa.

Pois bem.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



Em seu interrogatório judicial, às **fls. 227 e 228**, o Apelante confessou ter participado da empreitada criminosa, no entanto, alega que agiu em legítima defesa para defender-se do grupo de Binho, Libi, Moroco e Carrá.

O Corréu **Roberval Alves de Araújo Lima**, também em seu interrogatório, por ocasião da instrução criminal, às **fls. 224/226**, declarou serem verdadeiras as acusações contidas na denúncia, confessando que quem atirou nas vítimas foram ele (depoente) e Alexandro (apelante).

Em plenário, o representante do Ministério Público requereu a condenação dos acusados nos termos da pronúncia, enquanto que a defesa do Apelante pugnou por sua absolvição, alegando legítima defesa putativa.

Verifica-se da leitura acurada dos autos que Corpo o de Jurados optou pela versão apresentada pela acusação que baseou-se na confissão judicial do corréu **Roberval Alves de Araújo Lima**, no depoimento da vítima sobrevivente **Líbine Henrique da Conceição** na fase extrajudicial e em juízo e ainda nos relatos das testemunhas colhidos durante toda a instrução processual, sob o crivo do contraditório da ampla defesa.

A decisão em análise está devidamente fundamentada nos depoimentos trazidos aos autos e situada dentro das diretrizes impostas pelos elementos de prova.

Nesse sentido, trago à colação a seguinte lição do Professor **Júlio Fabbrini Mirabete**: *"(...) Não é qualquer dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos na instrução que autorizam a cassação do julgamento. Unicamente, a decisão dos jurados que nenhum apoio encontra na prova dos autos é que pode ser invalidada. É lícito ao Júri, portanto, optar por uma das versões verossímeis dos autos, ainda que não seja eventualmente essa a melhor*



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gab. Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio



decisão." (In Código de Processo Penal Interpretado, 6ª Edição, Editora Atlas, página 751).

Ademais, a versão de legítima defesa putativa apresentada pelo acusado não se coaduna com dados constantes da perícia tanatoscópica de **fls. 51**, pois sua reação foi imoderada e desproporcional ao injusto supostamente sofrido, descaracterizando assim, a referida excludente de ilicitude.

Com esses fundamentos VOTO concordando com o Relator para NEGAR PROVIMENTO ao recurso, apresentando meu voto em 03 (três) laudas.

Recife, 21.03.2013


Des. Cláudio Jean Nogueira Virgínio

Revisor